



ESTATUTO DE CÃES E GATOS

Em Audiência Pública, realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado, na segunda-feira 25-08-25, foi apresentada, por algumas entidades de proteção aos animais, sugestão de um PL sobre a criação de um ESTATUTO DE CÃES E GATOS. A proposta visa a proteção desses animais, e o estabelecimento de deveres dos tutores e do Poder Público.

O relator será o Senador Paulo Paim, que prometeu empenho para que o PL seja aprovado, se não na sua totalidade, pelo menos em relação aos aspectos mais relevantes. Estima-se que no Brasil, hoje, exista 62 milhões de cães e 32 milhões de gatos, mas é apenas uma estimativa, porque nunca foi realizado um censo para fazer a apuração do número de animais no país.

O foco do debate foi em relação aos animais abandonados, sem controle de procriação, sem vacinação, vivendo em condições insalubres, sujeitos a doenças, algumas delas transmissíveis aos humanos, representando um risco significativo de epidemias para a população.

Hoje, as leis de proteção aos animais, no Brasil, são precárias, muito embora a CF88 traga em seu art. 225, §1º, VII, uma proteção expressa vedando as práticas que submetam os animais à crueldade.

A criação de um estatuto traria maiores esclarecimentos em relação ao Direito dos Animais Domésticos, aos deveres dos tutores e principalmente do Poder Público, no que se refere à criação de políticas públicas, incluindo educação, disponibilização de alimentos e um programa de castração e combate às zoonoses.

Algumas das reivindicações apresentadas são de uma maior fiscalização do Estado no combate aos canis clandestinos, que vendem animais para pessoas despreparadas, que não tem a menor noção da responsabilidade de um tutor.

Além disso, foi reivindicada também a atenção do poder público aos protetores independentes, que em sua maioria são pessoas de baixa renda, que não recebem nenhum auxílio do Estado, e que, muitas vezes, passam privações para conseguir alimentar e tratar com dignidade os animais que estão sob sua responsabilidade.

É preciso pôr fim à terceirização de protetores.

O Estado precisa assumir a responsabilidade!!